

HOMENS PÚBLICOS, MULHERES PRIVADAS – A PRESENÇA DA MULHER NA INFORMAÇÃO TELEVISIVA

Felisbela Lopes

Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, Portugal

A TV aí está, tão presente nas nossas vidas que quase nem damos por ela. É da casa. Está lá, no centro do espaço doméstico, quase tão bem instalada como, por vezes, se vai arrumando no nosso quotidiano. Parte da informação que absorvemos é difundida pelo pequeno ecrã e o mundo lá vai redimensionando-se à medida daquilo que o audiovisual reconstrói. Será, por isso, fulcral instituímos pontos de paragem para analisar essa oferta televisiva. Neste artigo, propomo-nos pensar a presença das mulheres em programas de debate, de grande-entrevista e em *talk-shows* emitidos nos canais generalistas portugueses (RTP1, SIC e TVI) entre 1993 e 2005.

Se para compreender a sociedade, é preciso vê-la (também) do exterior, julgamos que as cenas mediáticas desenhadas nos programas informativos de conversação em estúdio constituem lugares privilegiados de observação da realidade social. São (teoricamente) acessíveis a todos, colocam actores de horizontes diversos em contacto uns com os outros e em comunicação com um vasto público, têm capacidade para integrar, através da imagem e do som, temáticas diferenciadas e dão a todos a ilusão, principalmente através da transmissão em directo, de que a mediação se situa num grau zero. Sendo formatos de considerável duração, os programas de debate, de grande-entrevista e mesmo os *talk shows* assumem-se como ecrãs privilegiados para reflectir aquilo que acontece, promovendo, desse modo, a construção de um espaço comum. Constituindo-se como lugar de rituais, essas emissões poderão igualmente ser difusoras de certos retratos sociais. Não de extraordinários relatos das mitologias clássicas, mas de pequenos fragmentos do quotidiano, dispersos, heterogéneos, que tocam directa ou subliminarmente aquilo que estrutura uma sociedade. Neste quadro, ganha toda a pertinência uma análise que procure conhecer melhor a identidade dos convidados desses programas. Neste texto, destacaremos a presença das mulheres em programas de informação semanal.

Victoria Camps (1998) acredita que o século XXI será das mulheres. Poderá ser, mas na última década do século XX os principais programas de informação semanal dos canais generalistas portugueses deram sinais claros de uma forte e bem implantada reprodução social do poder masculino. Entre 1993 e 2005, os programas de grande-entrevista e de debate foram feitos essencialmente com homens que hegemonizavam os lugares cimeiros, nomeadamente com políticos que se destacavam em diferentes órgãos de poder, com detentores de importantes cargos públicos, com dirigentes das mais representativas estruturas sindicais e com interlocutores que atingiram o topo da carreira de profissões de prestígio (académicos, médicos, economistas, militares...). Por seu lado, os *talk shows*, ou seja, as emissões com uma componente acentuada de espectáculo e com temáticas centradas no domínio do privado, preferiram as mulheres em relação às quais pouco se dizia sobre a sua identidade profissional, mas de quem se esperavam “*estórias de vida*” que reflectissem percursos de outras mulheres. Para além de separarem espaço público da esfera privada, as grandes-entrevistas/debates e os *talk shows* operaram uma divisão de géneros. Assim, os homens apareciam habilitados para discutir ideias e as mulheres para falar de emoções. Poder-se-á ver aí um reflexo da estrutura social: os homens dominam a esfera pública do poder e as mulheres continuam circunscritas ao domínio privado. Até certo ponto, sim, mas, em alguns casos, os canais de televisão tenderam a exacerbar o retrato de uma sociedade gerida no masculino.

Homens que pensam

Comparando os três canais generalistas portugueses, não se notam assimetrias acentuadas relativamente ao desequilíbrio entre homens e mulheres, embora se registem algumas diferenças. No que diz respeito aos debates, foi a RTP1 que envolveu mais as mulheres nas discussões em estúdio, mas isso aconteceu sobretudo em programas conduzidos pela jornalista Maria Elisa. Os jornalistas José Eduardo Moniz, Judite de Sousa e Fátima Campos Ferreira cederam o estúdio da estação pública preferencialmente a vozes masculinas. O maior equilíbrio entre homens e mulheres que se registou nas emissões de Maria Elisa poderá resultar de uma preferência pessoal (de quem produz uma emissão). Pelo menos em 1993 e em 1996, não encontramos a mesma tendência em formatos similares exibidos na SIC e na TVI.

Também não se pode dizer que haja uma evolução diacrónica no que diz respeito à (neutralização da) hegemonia masculina nos debates e nas grandes-entrevistas. No canal generalista público, houve mais homens nos debates que ocorreram em 1993 e em 2003, períodos em que os tópicos políticos encheram a maior parte das emissões. Em 1996 e 1998, altura em que os temas sociais dominaram as discussões, evidenciou-se uma queda substancial da presença masculina nesses *plateaux*. Estes marcos temporais também se aplicam à SIC, com a exceção de 2003, ano em que o único debate em antena, *Hora Extra*, teve uma presença feminina de 33.3%. Esse programa coordenado e apresentado pela jornalista Conceição Lino sempre subalternizou o debate político a favor de temáticas sociais ou ligadas à vida de certos grupos. Este quadro indicia que os homens ganhavam visibilidade mediática sempre que a televisão optava pelas discussões políticas e perdiam espaço quando os debates elegiam assuntos sociais.

Quadro 1: Mulheres presentes nos programas de informação generalistas entre 1993 e 2003¹

Ano	RTP	Mulheres %	SIC	Mulheres %	TVI	Mulheres %
1993	Debates		Debates		Debates	
	Entrevistas	10.8	Entrevistas	6.5	Entrevistas	19
	Talk shows	24.4	Talk shows	75	Talk shows	23
1996	Debates		Debates		Debates	
	Entrevistas	20.5	Entrevistas	3.1	Entrevistas	19.6
	Talk shows	52	Talk shows	-	Talk shows	-
1998	Debates		Debates		Debates	
	Entrevistas	34	Entrevistas	31.1	Entrevistas	-
	Talk shows	-	Talk shows	-	Talk shows	-
2001	Debates		Debates		Debates	
	Entrevistas	10	Entrevistas	-	Entrevistas	-
	Talk shows		Talk shows	-	Talk shows	-
2003	Debates		Debates		Debates	
	Entrevistas	18.5	Entrevistas	33.3	Entrevistas	-
	Talk shows	-	Talk shows	45.8	Talk shows	20.3

Fonte: Marktest

¹ A percentagem de mulheres é calculada em função do número total de convidados.

Apesar de as percentagens serem muito díspares, a verdade é que as mulheres estiveram presentes em todos os programas aqui em estudo. Reflectirá a diferença quantitativa uma diferença qualitativa? Claramente.

Nos debates/entrevistas, as mulheres ganharam visibilidade mediática graças à sua notoriedade pública e por pertencerem a classes que reflectiam alguma fragilidade social ou que procuravam neutralizar desigualdades/injustiças sociais. Do primeiro grupo, saíram interlocutoras com profissões de prestígio social (políticas, professoras universitárias, juristas, economistas, jornalistas...) e que adquiriram *inter pares* assinalável destaque. Constituíram um grupo bastante restrito e foram presença recorrente em debates promovidos em diferentes canais. A elas juntaram-se também mulheres que reuniam algum capital simbólico ao nível da visibilidade mediática (cantoras, atrizes, escritoras...). Uma e outras apresentavam algum domínio dos códigos audiovisuais que permitia uma “*apresentação do eu*” (Goffman, 1993) ajustada aos imperativos do *saber falar/estar* em televisão. Do segundo grupo saíram convidadas que representavam sindicatos/associações ligados à educação ou à solidariedade social ou interlocutoras que testemunhavam estilos de vida desvalorizados socialmente (operárias, educadoras...).

Mulheres que sentem

Nos *talk shows*, as mulheres foram convidadas em função sobretudo da “estória” que tinham para contar. Não interessava muito a sua profissão, nem o seu estatuto sociocultural, pois o que aí se valorizava era uma determinada experiência que se relatava num registo quase sempre emocional. Foi isso que se passou, por exemplo, em *Raios e Coriscos* (RTP1), que, em 1993, trouxe a estúdio mulheres que se diziam seguidoras de diferentes cultos ou que confessavam em público alguns adultérios. Por vezes, optou-se por deslocalizar a conversa para discursos impessoais, ainda que centrados na esfera do privado. Foi o que fez, em 1996, *Ligações Perigosas* (RTP1) que contava, em cada emissão, com um casal (sem ligação entre si) desafiado a falar do relacionamento homem/mulher. Feito exclusivamente com mulheres, *Sexo Forte* (SIC)

não exacerbou as emoções das convidadas, nem as circunscreveu a uma esfera íntima. Semanalmente, a jornalista Paula Moura Pinheiro conversou com as suas interlocutoras sobre os percursos singulares por elas protagonizados. Foi mais para a privacidade já colocada em público que se orientou a conversa com mulheres que suscitavam alguma admiração ora porque desafiavam estereótipos de género (uma pescadora, uma arqueóloga subaquática, uma enóloga...); ora porque cultivavam uma exemplar “*ética do cuidado*” (médica da AMI, fundadora do Telefone da Amizade, mãe adoptiva de duas crianças refugiadas...). Na era pós-*Big Brother*, os programas pretensamente de informação que as estações privadas portuguesas estrearam em 2003 fizeram-se, acima de tudo, com o cidadão anónimo que se dizia alvo de múltiplas injustiças sociais. Foi aí que as mulheres tiveram mais espaço. Centrado no espaço íntimo dos convidados, esses programas colocaram em cena pessoas que representavam um papel que lhes estava previamente configurado: o de vítimas, mesmo quando estavam ali para relatar os crimes que cometeram. Essa visualização da “*extimidade*”, ou seja, “*o movimento que leva cada um a exteriorizar uma parte da vida íntima, física e psíquica*” (Tisseron, 2002: 52-3), poderia ter sido uma oportunidade para multiplicar espelhos numa tentativa de se conseguir perceber melhor a respectiva identidade. Não foi exactamente isso que se passou. Interessava aquilo que se dizia e, acima de tudo, o modo (emotivo) como se dizia e não as razões do que se relatava. Neste nível, as mulheres apareceram como interlocutoras privilegiadas.

A sociedade da TV e a TV da sociedade

Reflectirão os *plateaux* destes programas a distribuição do poder na sociedade actual? Na amostra que trabalhamos, não há desvios significativos. Percorrendo alguns dos textos que incidem na questão do género, salienta-se um retrato algo semelhante com aquele esboçado pelos programas que integraram o nosso estudo. Se a exclusão das mulheres das esferas superiores de poder foi uma situação que permaneceu nos anos 90, talvez não seja de admirar que alguns programas de informação, ao privilegiarem interlocutores institucionalmente mais valorizados ou colocados em lugares hierárquicos superiores, se tenham feito, sobretudo, com homens. Esse *glass ceiling*

(tecto de vidro) que bloqueia o acesso das mulheres a lugares de topo está dentro da TV, mas estará, acima de tudo, na estrutura social.

Olhando para o *Quadro 1*, verifica-se uma acentuada discrepância entre a presença de homens e de mulheres nos programas que aí se apresentam. Talvez não seja difícil defender um maior equilíbrio, mas convém ter presente que uma alteração quantitativa desses resultados poderá não corresponder a uma mudança qualitativa. Partilhámos inteiramente a ideia de Gilles Lipovetsky para quem “*a selecção de elites numa democracia fundamenta-se no talento, na competição e na igualdade meritocrática e não na pertença a uma comunidade de género*” (2000: 280). O que nos suscita já algumas reservas é a oposição homem público/mulher privada que veio a avolumar-se nos programas de informação semanal dos canais generalistas. Esse binómio, remontando a uma divisão arcaica do social, continua enraizado na era pós-moderna onde o desempenho profissional, o poder e o sucesso são traços intrínsecos ao masculino enquanto a vida familiar, o íntimo e o relacional são elementos estruturantes do feminino. Privilegiar um homem ou uma mulher para debater determinado tema é separar domínios que se cruzam cada vez mais e que seria vantajoso discutir com alguma independência relativamente ao género.

Hoje o privado está cada vez mais em público e a vida pública é cada vez mais lida com códigos da esfera privada. Se o público não pode estar cativo de profundas racionalizações feitas por elites que conquistaram o poder, o privado necessita cada vez mais de respostas colectivas. Não partilhámos incondicionalmente as teses daqueles que defendem uma “*feminização do mundo*” e a necessidade de criar um “*pensamento do ventre*”, ou seja, “*um pensamento que saiba tomar em consideração as emoções, os afectos e os sentimentos enquanto expressões societais*”, como advoga, por exemplo, o sociólogo do quotidiano Michel Maffesoli (2001: 181). Todavia, convém ter presente que há actualmente uma mudança dos conceitos “*público*” e “*privado*” que implica alterações dos papéis de género.

Num discurso (excessivamente) optimista quanto ao lugar da mulher na sociedade do século XXI, Victoria Camps (1998: 104) defende que esses dois domínios “*não podem ser diferenciados quanto ao género e à importância social*”. É essa aprendizagem que os programas de televisão têm de incorporar a fim de não retardar uma evolução social em relação à qual se sentem sinais vários. Entre 1993 e 2005, a maior parte dos programas dos canais televisivos que analisámos ignorou essa

tendência, continuando a reproduzir uma ordem dominante onde o espaço público era encarado como pertença dos homens e a esfera privada reservada às mulheres. Seria uma má opção defender a igualdade numérica, na medida em que isso daria fôlego a outros desequilíbrios. Segundo Camps (1998: 96), *“para que não se coloque em causa a coesão social, nem o interesse comum, há que partir de uma base em que a democracia é um processo de comunicação e de deliberação onde ninguém tem mais voz ou mais razão do que o outro”*. Independentemente do género em que se integre e do programa televisivo em que se participe.

Uma oportunidade perdida para fomentar um espaço público diversificado

Entre 1993 e 2005, a informação semanal da TV generalista portuguesa, nomeadamente os programas estruturados pela conversação em estúdio, desenhou um espaço público televisivo elitista nas temáticas e na participação dos actores sociais, cuja evolução se revelou tributária da tirania do audímetro. Nesses anos, a informação televisiva silenciou muitos interlocutores. Porque estavam nas margens; porque, na ausência de atenção mediática, foram sendo minimizados pela opinião pública; ou porque os canais generalistas não estavam interessados em dar visibilidade mediática a certos grupos sociais. De facto, muita gente ficou longe dos *plateaux* informativos, principalmente as mulheres a quem reiteradamente se negou a palavra que discute temas do espaço público.

No que diz respeito a questões de género, pode afirmar-se o seguinte: em televisão os homens falam de questões públicas e as mulheres de assuntos privados. Daqui se conclui que, neste período, a informação televisiva feita ao ritmo semanal se revelou um operador semântico muito selectivo: atento às opiniões dominantes, deixando na penumbra uma maioria que, nesse tempo, foi sendo mantida em silêncio.

Confrontada com a crescente complexidade das sociedades modernas que conduziu a esfera pública para novos domínios e competências, será que a informação televisiva feita ao ritmo semanal estará apta a reflectir essa mudança? Face a um espaço público cada vez mais privatizado e a um domínio privado cada vez mais publicitado, a gestão do consenso social tornar-se-á mais sofisticada? Estarão os jornalistas que trabalham em televisão preparados para a enunciação de novas realidades e disporão de

recursos suficientes para isso? Como procurámos aqui demonstrar, a análise da oferta informativa semanal dos canais generalistas portugueses entre 1993 e 2005 não permite responder positivamente a estas questões. Nesse período, a TV foi essencialmente uma arena discursiva caracterizada por relações de dominação masculina.

A divisão que, ao longo de mais de uma década, foi feita entre homens públicos e mulheres privadas não deixa de salientar uma certa miopia do sistema informativo em relação à dinâmica do sistema social. Ao circunscrever a palavra pública dos debates e de programas de grande-entrevista a grupos masculinos de notáveis, a informação semanal dos canais generalistas portugueses, para além de ter colocado alguns obstáculos à evolução do audiovisual, contribuiu para estagnar a dinâmica do espaço televisivo. Ao longo destes anos, deparámo-nos frequentemente com queixas, por parte de jornalistas que apresentavam programas de informação semanal, de uma conjuntura que o seu próprio trabalho fomentava: a falta de interlocutores com capacidade de intervir em determinados debates. A informação semanal afundava-se, assim, na espiral do silêncio que ela própria fomentava.

Do nosso estudo sobre a programação informativa semanal da RTP, SIC e TVI resultou uma configuração do espaço público que ficou muito aquém daquele formulado por Jürgen Habermas (1986): assente na comunicação racional e ilimitada, no debate de assuntos de interesse geral e no acesso generalizado. Poder-se-ia encontrar pontos de contacto com o modelo do filósofo alemão em dois traços que, no entanto, encaramos como as suas grandes limitações: a centralidade dos temas urbanos e a exclusão/afastamento das mulheres e dos plebeus dos palcos de encenação da palavra pública. Não é nosso propósito propor a reabilitação do conceito habermasiano de esfera pública, até porque o respectivo desenho é tributário de um tempo que sobrestimava os efeitos dos *media* e negligenciava as capacidades de negociação dos receptores. Por outro lado, o espaço público dos anos 90 terá passado por instituições e repertórios de acção simbólica substancialmente diferentes daqueles delineados por Habermas e terá igualmente readquirido novas configurações à medida que foi entrando no século XXI. Significa isso que é necessário pensar novas articulações para o redimensionamento entre o público e o privado, encarando como imprescindível a reabilitação de uma esfera pública que preserve a função crítica da sociedade e, conseqüentemente, institucionalize a democracia. A esse nível, os territórios electrónicos assumem, hoje mais do que no passado, um posicionamento central.

Reflectindo acerca das novas fronteiras entre o público e o privado, Victoria Camps (1998: 96) defende que “*o interesse comum não é algo que se encontre lá fora à espera de ser reconhecido e identificado, mas algo que devemos ir descobrindo através de um diálogo o mais democrático possível*”. Este ponto de vista, que partilhamos, exige plataformas colectivas que a informação televisiva, nomeadamente os programas de debate e de grande-entrevista, pode dinamizar. A participação alargada em discussões sobre questões públicas ou problemáticas do domínio privado, mas de interesse público, sejam elas de preocupação maioritária ou minoritária, não teve grande espaço televisivo na informação semanal dos canais generalistas e, nos primeiros anos do século XXI, registou mesmo um revés: a SIC e a TVI foram fazendo desaparecer esse tipo de programação do horário nobre e a RTP1 circunscreveu-a à esfera política declinada no masculino.

Acontece que hoje, mais do que num passado recente, as alterações de fronteira entre o público e o privado desencadeiam novos temas, que, no entanto, poderão se confrontar com um problema de fundo: a incapacidade de inscrição no espaço público. No ensaio intitulado *Portugal Hoje*, José Gil traça, a este respeito, um diagnóstico devastador. Nas suas palavras “*não há espaço público porque este está nas mãos de umas quantas pessoas cujo discurso não faz mais do que alimentar a inércia e o fechamento sobre si próprio da estrutura de relações de força que elas representam*”. Para Gil, “*os lugares, tempos, dispositivos mediáticos e pessoas formam um pequeno sistema estático que trabalha afanosamente para a sua manutenção*” (2005: 26).

Concebendo o audiovisual como um meio estruturante do espaço público contemporâneo, ou seja, como um meio que engendra um território que poderá ser partilhado por um número significativo de pessoas que se juntam à volta de questões de interesse geral, poder-se-á perguntar: a TV na sua vertente informativa terá capacidade para “*inscrever*” uma esfera pública que adquire permanentemente novas configurações? Em teoria, a resposta é positiva, mas, entre 1993 e 2005, a informação semanal dos canais generalistas portugueses não consubstanciou um espaço diversificado, acessível a todos, reprodutor de um vasto acervo de conhecimentos, impulsionador de novas formas de vida e promotor de variados elos sociais entre homens e mulheres que deveriam ter o mesmo direito à palavra televisiva.

Bibliografia

Camps, Victoria (1998). *El Siglo de las Mujeres*. Madrid: Ed. Cátedra.

Gil, José (2005). *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. Relógio d' Água.

Goffman, Erving (1993). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Relógio d' Água.

Habermas, Jürgen (1986). *Historia y Crítica de la Opinión Pública: la transformación estructural de la vida pública*. Ed. Gili, México.

Lipovetsky, Gilles (2000). *A Terceira Mulher: permanência e revolução do feminino*. Instituto Piaget.

Lopes, Felisbela (2005). *Uma década de televisão em Portugal (1993-2003): estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho.

Maffesoli, Michel (2001). *O Eterno Instante: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. Ed. Piaget, Col. Epistemologia e Sociedade.

Tisseron, Serge (2002). *L'Intimité Surexposée*. Ed. Ramsay.